

**Mensagem da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade**  
**Nascer em Amor – 1º Encontro da Associação portuguesa pelos**  
**Direitos da Mulher na Gravidez e Parto**  
**– 30 de Janeiro de 2016 -**

Boa tarde a todas e a todos,

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite para estar presente no encerramento deste vosso 1º encontro e dar-vos os Parabéns pela iniciativa!

Infelizmente não me é possível estar convosco em presença, devido a outros compromissos de agenda, mas não queria deixar de apoiar esta iniciativa e fazer-vos chegar esta minha mensagem.

Esta é, claramente, uma questão importante e o Governo é sensível no que respeita à resposta da saúde nesta matéria. Como é sabido, nos últimos 40 anos tem havido um forte investimento do Serviço Nacional de Saúde nesta área, resultando em melhorias muito significativas da saúde materno-infantil.

De acordo com os dados mais recentes da Direção Geral de Saúde a taxa de mortalidade infantil, em 2014, era de 2,8 por cada 1000 nados-vivos, sendo o rácio de mortalidade materna de 6,04 para cada 100.000 nados-vivos, em 2013. Tais indicadores colocam Portugal no grupo da frente no contexto dos países da União Europeia, o que é tanto mais significativo pelo facto de, antes do 25 de Abril de 1974, os indicadores de então colocarem Portugal na cauda da Europa.

Mas chegados a este ponto, há a necessidade de um novo paradigma que passe pela desmedicalização e humanização dos partos, enquanto ato fisiológico. E, nesse sentido, é importante que as mulheres tenham direito a fazer as suas opções relativamente a um momento tão importante na vida das famílias –

salvaguardando sempre os riscos para o bebé e para a mãe, naturalmente – no seguimento daquelas que são as recomendações do Comité CEDAW – Comité de acompanhamento da implementação pelos Estados Parte da “Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres”, das Nações Unidas.

Por essa razão é fundamental trabalhar com o Ministério da Saúde, envolvendo todos os profissionais relevantes (médicos/as, enfermeiros/as) com o objetivo de estudar a possibilidade de adotar instrumentos facilitadores da garantia de tais direitos e opções, tais como:

- Planos de parto, no cumprimento daquelas que são as orientações da Organização Mundial de Saúde, salvaguardando sempre a saúde da mãe e da criança;
- Permissão nos hospitais públicos da presença do pai ou pessoa de referência da mulher nas cesarianas de baixo risco, sempre que as condições médicas o permitam;
- Generalizar o acesso por todo o país a sessões de preparação pré-parto em horários compatíveis com a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Para além disso, é importante continuarmos neste percurso de diminuição do número de cesarianas em Portugal, apostando sempre que possível no parto natural e garantindo a auto determinação das mulheres.

Podem, por isso, contar com o meu apoio, enquanto Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, para defender esta causa!

**Muito Obrigada!**